

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

MARCOS ANTONIO AMORIM LEMOS

**A REAÇÃO DAS ESQUERDAS BRASILEIRAS À DITADURA MILITAR: UMA
ANÁLISE DO MANUAL DO GUERRILHEIRO URBANO**

ARAGUAÍNA –TO
2016

MARCOS ANTONIO AMORIM LEMOS

**A REAÇÃO DAS ESQUERDAS BRASILEIRAS À DITADURA MILITAR: UMA
ANÁLISE DO MANUAL DO GUERRILHEIRO URBANO**

UFT
2016

MARCOS ANTONIO AMORIM LEMOS

**A REAÇÃO DAS ESQUERDAS BRASILEIRAS À DITADURA MILITAR: UMA
ANÁLISE DO MANUAL DO GUERRILHEIRO URBANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História em Licenciatura pela Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína, como requisito parcial para obtenção de título de licenciatura em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Martha Victor Vieira.

ARAGUAÍNA-TO
2016

MARCOS ANTONIO AMORIM LEMOS

**A REAÇÃO DAS ESQUERDAS BRASILEIRAS À DITADURA MILITAR: UMA
ANÁLISE DO MANUAL DO GUERRILHEIRO URBANO**

Monografia apresentada ao curso de
História Licenciatura da Universidade
Federal do Tocantins, para a obtenção do
título de licenciatura em História.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Martha Victor
Vieira.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Martha Victor Vieira
Orientadora

Prof. Dr. Braz Batista Vas

Prof. Dr. Dimas José Batista

Aos meus pais.
À minha irmã, Amanda Cristine A. Lemos,
singularidade de pessoa,
mas, sobretudo, por ter sido um
filho presente, quando eu tive que ir embora.
E, a minha sobrinha, Amanda Franciny Lemos.

Agradecimentos

Aos meus pais

Ao meu pai, que me impôs a seu modo, ainda em tenra idade, a obrigação com os estudos. Lembro-me das vezes em que ele saía para o serviço e, me deixava como lição diária, transcrever os livros e “decorar” a tabuada de matemática, de química, etc. E, quando retornava, conferia, com rigor draconiano, se eu havia feito tudo isso. Batia em minhas mãos, com um olhar sisudo e vigilante e, outro afetuoso, com a sandália se eu faltasse à lição. Meus sinceros agradecimentos. Eu, ti entendo. E, ti admiro muito. E, agradeço, sobretudo, por ter-me “mostrado” a representação e a importância do conhecimento, da leitura. Apesar de você, não ter tido as mesmas oportunidades. Obrigado pai, Armando Ferreira Lemos.

À minha sertaneja, advinda do agreste de uma vida difícil do Piauí. Mãe de uma ternura e sabedoria, que, depois, fui encontrar alguns de seus dizeres, com outras palavras, em alguns filósofos. Agradeço por ter franqueado a possibilidade de eu viver inteiramente aos estudos. Concedendo-me a oportunidade que sonhava em ter. E, eu procurarei e, sempre, estarei avivando isso em mim. Seja estudando, seja aprimorando profissionalmente. Ti agradeço enormemente pela oportunidade. Pela ajuda nos momentos difíceis. Obrigado mãe, Francisca das Chagas A. Lemos.

Acadêmicos e Amigos

A turma de História 2009/2º, entre tantos, registro com o meu elevado sentimento: Domingos Wilson, Jorge Siqueira, Almir Leite, Laudinha Moraes, Alice Silva, Luana Soares, Débora Moura, Amanda Teixeira, Aline Ferreira, Kamilla F. Liberato, Keilane Silva, Ana Paula de Jesus.

A uma pessoa especial, Dhulia D. R. Brito, meu eterno e carinhoso agradecimento. Pelos dias de divagações, entre poemas e leituras profanas. Saiba que representa muito pra mim.

À Stefany Anita, por várias razões que não cabem aqui.

À Englesdy Nataliny P. Jardim, pelo carinho e apoio.

À Edielle da S. Silva.

À Gláucia Nogueira.

Ao Ricardo Oliveira Parente, pela genuína amizade. Grande pessoa, um grande amigo! Obrigado pela ajuda.

Ao Getúlio R. Frazão, Mickaell G. S. Silva, Vagner, Charles.

Manoel Edivan G. da Luz, vulgo Di Nita, pela amizade, pelas conversas, em casa e entre mesas de bares. Manoel, como já ti revelei, tu tens uma percepção sobre as “coisas” e a história que, por vezes, foge aos doutos.

Ao Marcos A. Spindola, Ronald Alves, Sildomar Silva, Thiago Rangel, Juliano de Oliveira R. Neves, Thiago O. Barros, Gilneude L. de Sousa.

Há três grandes amigos, também, Marcelo Gomes Coelho, Wendell Milhomem e, outro, que infelizmente *não estar mais entre nós*, mas, segue vivo em memória e em nossos corações, Luís Fernando G. Noletto.

Professores

A minha orientadora, Martha Victor Vieira, pela paciência, pelo tempo em que despendeu e, pelos consideráveis acréscimos necessários a esta pesquisa. Pelas observações sobre a escrita histórica, narrativas, fonte histórica, os tratos com o *manual*. Observações que carregarei comigo.

Ao quisto professor Braz Batista Vas, pela simplicidade e atenção.

Ao professor Dimas José Batista, pelas eruditas aulas e a amizade.

A professora Rosária Helena R. Nakashima, semeadora de uma educação pedagógica, renovada na crença de que é possível alterar, a tempo e a modo, a ordem das “coisas”: pela educação.

A professora Ana Elisete Motter, minha admiração intelectual por você.

Ao atual coordenador do curso de História, *campus* de Araguaína, e, professor, Luciano Galdino, pelo tratamento e, presteza.

“[...] Quem realmente quiser conhecer algo novo, seja uma pessoa, um evento ou um livro, fará bem em receber esta novidade com todo o amor possível, e rapidamente desviar os olhos e mesmo esquecer tudo o que nela pareça hostil, desagradável [...]: de modo a dar ao autor de um livro, por exemplo, uma boa vantagem inicial, e, como se estivesse numa corrida, desejar ardentemente que ele atinja sua meta. Pois, assim penetramos até o coração, até o centro motor da coisa nova: o que significa justamente conhecê-la. Se alcançamos este ponto, a razão pode fazer suas restrições; a superestimação, a desativação temporária do pêndulo crítico, foi somente um artifício para fazer aparecer à alma de uma coisa”.

Friedrich Nietzsche, *Humano, demasiado humano*, aforismo n.º 621.

“UM COMUNISTA”

*Um mulato baiano,
Muito alto e mulato
Filho de um italiano
E de uma preta hauçá*

*Foi aprendendo a ler
Olhando mundo à volta
E prestando atenção
No que não estava a vista
Assim nasce um comunista*

*Um mulato baiano
Que morreu em São Paulo*

*Baleado por homens do poder militar
Nas feições que ganhou em solo americano
A dita guerra fria
Roma, França e Bahia*

*Os comunistas guardavam sonhos
Os comunistas! Os comunistas!*

*O mulato baiano, mini e manual
Do guerrilheiro urbano que foi preso por Vargas
Depois por Magalhães
Por fim, pelos milicos
Sempre foi perseguido nas minúcias das pistas
Como são os comunistas?*

*Não que os seus inimigos
Estivessem lutando
Contra as nações terror
Que o comunismo urdia*

*Mas por vãos interesses
De poder e dinheiro
Quase sempre por menos
Quase nunca por mais*

*Os comunistas guardavam sonhos
Os comunistas! Os comunistas!*

*O baiano morreu
Eu estava no exílio
E mandei um recado:
"eu que tinha morrido"
E que ele estava vivo*

*Mas ninguém entendia
Vida sem utopia
Não entendo que exista
Assim fala um comunista*

*Porém, a raça humana
Segue trágica, sempre
Indecodificável
Tédio, horror, maravilha*

*Ó, mulato baiano
Samba o reverencia
Muito embora não creia
Em violência e guerrilha
Tédio, horror e maravilha*

*Calçados encardidos
Multidões apodrecem
Há um abismo entre homens
E homens, o horror*

*Quem e como fará
Com que a terra se acenda?
E desate seus nós
Discutindo-se Clara
Iemanjá, Maria, Iara
Iansã, Catijacara*

*O mulato baiano já não obedecia
As ordens de interesse que vinham de Moscou
Era luta romântica
Ela luz e era treva
Venta de maravilha, de tédio e de horror*

*Os comunistas guardavam sonhos
Os comunistas! Os comunistas!*

Caetano Veloso

RESUMO

O presente trabalho discute a reação das esquerdas brasileiras diante da instauração da ditadura militar, que durou de 1964 a 1985. Nosso intuito é compreender as estratégias de atuação de diferentes grupos esquerdistas que se opuseram às medidas autoritárias impostas pelo Governo militar. Para melhor entender essa questão, fizemos, primeiramente, uma discussão bibliográfica mapeando as principais tendências de esquerdas, e posteriormente, realizamos uma análise do *Manual do Guerrilheiro Urbano*, escrito por Carlos Marighella em 1969. Marighella foi o líder da ALN (Ação Libertadora Nacional), que defendia uma reação armada contra a ditadura militar.

Palavras-chaves: Ditadura Militar. Esquerdas Brasileiras. Marighella.

ABSTRACT

The present work discusses the reaction of the Brazilian leftists before the establishment of the military dictatorship, which lasted from 1964 to 1985. Our intention is to understand the strategies of action of different leftist groups that opposed the authoritarian measures imposed by the military government. To better understand this issue, we first made a bibliographical discussion mapping the main trends of the left, and later, we conducted an analysis of the Manual of the Urban Guerrilla, written by Carlos Marighella in 1969. Marighella was the leader of the ALN (National Liberation Action), Which advocated an armed reaction against the military dictatorship.

Keywords: Military dictatorship. Brazilian Left. Marighella.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I	
1 OS OBJETIVOS E PERFIS DAS ESQUERDAS BRASILEIRAS.....	16
1.1 O conceito de esquerda: situando o problema.....	16
1.2 Mapeando as Esquerdas.....	17
1.2.1 A Tendência Marxista.....	19
1.2.2 A Tendência Trotskista.....	25
CAPÍTULO II	
2 MARIGHELLA E A DEFESA DA REVOLUÇÃO URBANA.....	34
2.1 A Ação Libertadora Nacional.....	34
2.2 Uma análise do Manual do Guerrilheiro Urbano.....	37
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a reação das esquerdas brasileiras diante da instauração da ditadura militar, que durou de 1964 a 1985. Nosso intuito é compreender as estratégias de atuação de diferentes grupos que se opuseram as medidas autoritárias impostas pelo Governo. Para melhor entender essa questão, destacaremos a análise do *Manual do Guerrilheiro Urbano*, escrito por Carlos Marighella em 1969.

De saída, é importante destacar que ao utilizarmos o conceito de esquerda estamos nos respaldando na definição de Jacob Gorender (2014, p. 11), que entende: “[...] por esquerda o conceito referencial de movimentos e ideias endereçados ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. [...]”. Nesse sentido, esse autor entende que há uma pluralidade de grupos que podem ser considerados de esquerda, desde que tenha em comum este mesmo objetivo.

No primeiro capítulo realizamos uma discussão bibliográfica, tentando mapear a diversidade das esquerdas brasileiras neste contexto histórico, os quais estavam divididos em vários grupos, tais como, PCB, PC do B, PCR, PC do B Ala-Vermelha, ALN, POR (T), ORM-Polop, COLINA, VPR, VAR-Palmares, MR-8, AP, PRT. Para entender tais grupos, discutiremos a forma como eles entendiam o caráter da revolução brasileira, a sua teoria ou organização revolucionária, bem como às formas de luta para se chegar ao poder.

No segundo capítulo, iremos analisar o *Manual do Guerrilheiro Urbano* de Carlos Marighella, realizando um breve perfil biográfico e enfatizando a sua militância na ALN. Esse grupo de esquerda, ALN, criado por Marighella, foi uma dissidência do PCB (Partido Comunista Brasileiro), que surgiu em 1968 e perdurou até 1973.

O *Manual do Guerrilheiro Urbano* foi escrito em 1969 por de Carlos Marighella, sendo publicado em condições de clandestinidade. Esse *Manual* orientava a forma como o guerrilheiro urbano deveria agir para combater o regime autoritário e promover a revolução para a tomada do poder. Nas considerações que Marighella faz das ações “terroristas”, ele apresenta uma pedagogia política que visa à preparação do guerrilheiro para a ação revolucionária.

Neste trabalho, classificamos a ALN como um grupo de esquerda que possuía uma utopia revolucionária. Compreendendo utopia no sentido proposto por Karl Manheim (1976

apud SILVA, 2009), que afirma ser esse conceito típico de certos grupos oprimidos que: “[...] estão intelectualmente interessados na destruição e na transformação de uma dada condição da sociedade”, negligenciando a realidade existente nessas próprias sociedades. Assim sendo, utopia se diferenciaria de ideologia que teria como objetivo manter a ordem existente.

CAPÍTULO I

OS OBJETIVOS E PERFIS DAS ESQUERDAS BRASILEIRAS

1.1 O CONCEITO DE ESQUERDA: SITUANDO O PROBLEMA

De acordo com Norberto Bobbio (1995, p. 110), o elemento que melhor caracteriza ou define as doutrinas ou movimentos que se chamam de ‘esquerda’ é o igualitarismo. Desde que entendido como tendência que, de um lado, visa enaltecer mais o que faz os homens iguais que desiguais, e, do outro, em termos práticos, as proposições políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais. Nas suas palavras:

Se me for concedido que o critério para distinguir a direita da esquerda é a diversa apreciação [...] da ideia da igualdade, e que o critério para distinguir a ala moderada da ala extremista, tanto na direita quanto na esquerda, é a diversa postura [...] diante da liberdade, pode-se então repartir esquematicamente o espectro em que se colocam doutrinas e movimentos políticos nas quatro seguintes partes: a) na extrema-esquerda estão os movimentos simultaneamente igualitários e autoritários, dos quais o jacobinismo é o exemplo histórico mais importante, a ponto de se ter tornado uma abstrata categoria aplicável, e efetivamente aplicada, a períodos e situações históricas diversas; b) no centro-esquerda, doutrinas e movimentos simultaneamente igualitários e libertários, para os quais podemos empregar hoje a expressão ‘socialismo liberal’, nela compreendendo todos os partidos social-democratas, em que pesem suas diferentes práxis políticas; c) no centro-direita, doutrinas e movimentos simultaneamente libertários e inigualitários, entre os quais se inserem os partidos conservadores, que se distinguem das direitas reacionárias por sua fidelidade ao método democrático, mas que, com respeito ao ideal da igualdade, se prendem à igualdade diante da lei [...]; d) na extrema-direita, doutrina e movimentos antiliberais e anti-igualitários, dos quais creio ser [...] exemplos históricos [...] o fascismo e o nazismo. (1995, p. 118-119).

Para os historiadores Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (2007), às esquerdas brasileiras se configurariam:

[...] mais precisamente: pela mudança, – reformista ou revolucionária – no sentido da igualdade. E também, em meio à realidade brasileira – de certo modo um correlato do que já foi enunciado –, animadas e inspiradas pela crítica, mais ou menos contundente, aos valores e às propostas do liberalismo, visto como fonte de desigualdades e, nas condições que foram e são as nossas, como fonte e força de conservação da Ordem Tradicional. (2007, p. 11; grifo do autor).

Já na visão de Jacob Gorender (2014, p. 11), a esquerda representa um: “[...] conceito referencial de movimentos e ideias endereçados ao projeto de transformação social em

benefício das classes oprimidas e exploradas. [...]”. A definição de Norberto Bobbio que relaciona as esquerdas com ênfase na busca pela igualdade é útil para pensar as sociedades onde a democracia já está mais fortalecida. Por essa razão, no caso das esquerdas brasileiras existentes na época da ditadura militar, a definição de Gorender (2014), ao identificar a ação de esquerda com uma proposta que visa à inclusão das classes oprimidas, nos ajuda a circunscrever um pouco melhor essa questão.

Contudo, acreditamos que a interpretação de Ferreira e Reis (2007) — que dividem a esquerda em reformistas e revolucionários — embora generalizantes, é mais instrumental para entender esse contexto. Tendo em vista que os grupos de esquerdas nos anos 60 e até o início dos anos 70 no Brasil, são bastante heterogêneos, devido aos objetivos, tendências e ações políticas diferenciada. Mas, é nítido que alguns grupos eram mais favoráveis a realização de uma oposição dentro da ordem institucional vigente, ou seja, uma oposição de caráter reformista, enquanto outros, como a ALN eram favoráveis às práticas revolucionárias.

Aqui nos interessa trabalhar sobre o papel da esquerda ou grupos de esquerda de base marxista. No nosso caso, serão as de princípio revolucionário marxista ou dela decorrente. Trata-se, conforme veremos, de um período expressivo em que, as esquerdas apresentam propostas de reforma da sociedade ou de construção de novas vias, inclusive, com: “[...] o uso da luta armada como saída para o impasse político que se estabeleceu com o golpe civil e militar de 1964. [...]”. (CIAMBARELLA, 2007, p. 104).

1.2 Mapeando as Esquerdas

Com a finalidade de ilustrar melhor a heterogeneidade das esquerdas brasileiras, segue uma tabela em que se visa demonstrar os principais partidos, grupo ou movimento, que nos interessam nessa pesquisa:

GRUPOS DE ESQUERDA NO BRASIL (1964-1974)			
Partido, grupo ou movimento de esquerda	Caráter da revolução brasileira	Teoria ou organização revolucionária	Formas de luta para se chegar ao poder
PCB	Duas etapas da revolução, pela burguesia nacional	Marxismo ortodoxo	Caminho pacífico/Reformismo
PC do B	Duas etapas da revolução	Foquismo castro-guevaristas e maoísmo	Luta armada imediata, pela via da guerra de guerrilha rural
PCR	Duas etapas da revolução	Maoísmo e visão	Luta armada

		regionalista da revolução brasileira	imediate, pela via da guerra de guerrilha rural
PC do B <i>Ala-Vermelha</i>	Revolução socialista imediata	Maoísmo através da Teoria do foco ou Foquismo	Luta armada imediata, pela via da guerra de guerrilha rural
ALN	Duas etapas da revolução	Antiteoricista, com ênfase para <i>ação revolucionária</i> ; Teoria do foco, pela via urbana	Luta armada imediata, pela via urbana
POR (T)	Revolução permanente	Trotskista-Posadista	Luta armada
ORM-Polop	Revolução socialista imediata e Teoria da dependência	Teoria do foco	Luta armada
COLINA	Revolução socialista imediata	Marxista-Leninista e Militarismo	Luta armada imediata, pela via da guerra de guerrilha rural
VPR	Revolução socialista imediata e Teoria da dependência	Militarismo	Luta armada, pela via urbana
VAR-Palmares	Revolução socialista imediata e Teoria da dependência	Trotskista-Luxemburguesa	Luta armada imediata, pela via da guerra de guerrilha rural
MR-8	Revolução socialista imediata e Teoria da dependência	Teoria do foco ou Foquismo	Luta armada imediata, pela via da guerra de guerrilha rural
AP	“Socialismo humanista” ou Humanismo Cristão	A princípio, foquismo castro-guevaristas e, depois, Maoísmo	“Guerra popular prolongada”, com o “cerco das cidades pelo campo”; Revolução permanente
PRT	Revolução socialista imediata e Teoria da dependência	Teoria do foco ou Foquismo	Luta armada imediata, pela via da guerra de guerrilha rural

Fonte: RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: UNESP, 2010. p. 32-55.

A divisão acima sobre o caráter da revolução brasileira, teoria ou organização revolucionária e formas de luta para se chegar ao poder, revela as divergências entre os vários grupos em que se dividia a esquerda brasileira na década de 1960. Essa divisão da tabela em três grandes coordenadas toma como referência o artigo de Marco Aurélio Garcia da série *Contribuição a História da Esquerda Brasileira, 1964-1979* (1979-1980 apud RIDENTI, 2010, p. 32).

Na visão de Ridenti (2010, p. 32) as divergências ocorridas em torno desses três grandes temas apresentavam como paralelo as transformações pelas quais passava a sociedade

brasileira na década de 60. E, sob uma perspectiva internacional, principalmente no que se refere à opção de uma parte da esquerda brasileira pelas armas, sofriam, também, influências das manifestações libertárias em todo o mundo, da guerrilha do Che na Bolívia à Primavera de Praga, do Maio de 68 na França à Guerra do Vietnã, da contracultura à Revolução Cultural Chinesa.

1.2.1 A Tendência Marxista

Traçando o perfil das esquerdas, Thomas Skidmore em *Uma história do Brasil* enuncia que:

A esquerda brasileira havia crescido constantemente desde a volta de Getúlio em 1951, mas havia tornado também muito mais heterogênea. Um componente era o Partido Comunista Brasileiro, com sua longa experiência em política tanto aberta como clandestina. [...] Além disso, o partido estava flanqueado em diversas frentes. À esquerda estava o dissidente Partido Comunista do Brasil, de orientação chinesa, fundado em 1962, e cujo mais famoso membro era João Amazonas. (1998, p. 212).

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), inspirando-se nas ideias marxistas, representou a principal força de esquerda no Brasil, do governo de Getúlio Vargas ao de João Goulart, conforme alude Jacob Gorender:

No momento em que Jango tomou posse na Presidência da República, quem eram as esquerdas no Brasil? No período de 1946 a 1964, o PCB representou a principal força da esquerda de inspiração marxista (a sigla correspondeu a *Partido Comunista do Brasil* até 1961 e, daí em diante, *Partido Comunista Brasileiro*).¹ Disponha de quadros experientes e completamente dedicados ao trabalho partidário, sua radicação no movimento operário era sólida e muito mais importante do que a das outras correntes, contava com ramificações no meio camponês, tinha forte influência no movimento estudantil e nas campanhas anti-imperialistas. Servia de referencial a todas as organizações de esquerda. (2014, p.23; grifo do autor).

Para Daniel Aarão Reis (2007, p. 55), a gênese das dissensões no Partido Comunista Brasileiro é a emblemática Declaração de Março de 1958, formulada pelo Comitê Centro do PCB, em que se manifestava abandonando as teses radicais de 1950 e 1954, que propunham o enfrentamento armado como eixo principal. A partir desse “divisor de águas”, o PCB enveredaria um caminho *reformista*, à mercê da burguesia e da conciliação de classes.

¹ Segundo Boris Fausto (2012, p. 248; grifo nosso), a nomenclatura *Partido Comunista do Brasil* retomava o nome original do PCB, que em 1961, na onda do nacionalismo, passava a se chamar *Partido Comunista Brasileiro*.

Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 174), reforça essa proposição de Reis, dizendo que, o Partido Comunista Brasileiro apregoaria o caminho pacífico para o socialismo, desde o início dos anos 60. Por essa razão, o conteúdo político partidário rejeitava como elementar a luta armada, o que suscitaria, e, assim se confirmou, no interior do PCB consideráveis dissidências. Devido a essas dissidências, em 1962, deu-se origem à criação do Partido Comunista do Brasil (PC do B),² que considerava que a luta armada era indispensável. Como destaca Jorge Ferreira:

[...] o PCB, no início dos anos 60, defendia um governo nacionalista e democrático. As grandes novidades, contudo, foram o reconhecimento das instituições democráticas e a formulação de um ‘caminho pacífico para o socialismo’, abandonando a clássica imagem da revolução proletária violenta. Reconhecendo a popularidade do trabalhismo entre os trabalhadores, os comunistas passaram a atuar em conjunto com setores do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. (2004, p. 185).

O PCB repelia a luta armada como forma de atingir as reformas de base e tomar o poder. Segundo Zuenir Ventura, ele “[...] via a revolução não como um objetivo imediato, e sim como um lento processo, que poderia até culminar com uma ruptura, desde que fosse o resultado da gradual organização da sociedade civil e da acumulação das forças.” (2008, p. 61). Em suma: “[...] o PCB continuaria mantendo, depois de 1964, a proposição da via pacífica para o socialismo. [...]” (RIDENTI, 2010, p. 46).

Na visão de Marcelo Ridenti (2010, p. 30), com o fracasso colossal das esquerdas brasileiras em 1964, descambaria incontestes sangrias orgânicas, principalmente no PCB, sendo que, este, à revelia de uma autocrítica profunda e necessária da própria atuação antes de 1964, provocaria, enfim, a maior luta interna de sua história. De modo que, em que pese às perdas de prestígio e influência no cenário político, o secretário geral, Luís Carlos Prestes, e a maioria da direção, continuariam mantendo a famigerada linha partidária reformista.

O PCB incorreu em desgaste profundo, provocando inúmeras dissidências. Nesse ponto, interessa ver, portanto, que:

² Observar-se dentro desse período, a coexistência de dois partidos comunistas no Brasil. Em relação a isso, Jacob Gorender (2014, p. 40) defende que, essa versão historiográfica suscita de duvidosa aceitação teórica, uma vez que, o PC do B, proclamou-se ser o partido do proletariado brasileiro, quando que, a dogmática stalinista sentenciava que o proletariado não pode ter mais que um autêntico partido revolucionário. Acresce que, a princípio, o PC do B revelava inspiração com o programa da União Soviética (Stalinista) e, somente, em momento posterior, é que, terá uma identificação mais próxima com o movimento depreendido pelo Mao Tse-tung.

[...] além de sofrer uma infinidade de cisões por todos os lados, das bases aos órgãos máximos dirigentes, gerando um desgaste do qual o PCB jamais veio a recuperar-se. Entre 1965 e 1968, as bases universitárias romperam com o Partido em todos os cantos do território nacional, constituindo as conhecidas dissidências estudantis. [...] [Em decorrência de várias difusões, em especial à ALN]. Já carente de bases, desligadas do Partido após a repressão policial de 1964, o PCB perderia até 1968, ao menos metade de seus integrantes remanescentes, adeptos das cisões que propunham a resistência armada imediata. O PCB praticamente saiu de cena política por quase uma década, preservando-se relativamente das investidas da repressão [...]. (RIDENTI, 2010, p. 30).

O PC do B, declaradamente afeito à luta armada com enfoque rural ou campesino, correspondeu: “[...] a cisão do setor minoritário abertamente stalinista do PCB [...]” (RIDENTI, 2010, p. 29). Esse partido, através de várias articulações, se constituiu principalmente durante a Conferência Nacional Extraordinária do “partidão”:

[...] Em fevereiro de 1962, reuniu-se a chamada Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, logo conhecida pela sigla PC do B. Consumava-se a cisão e formalizava-se a coexistência de dois partidos comunistas em nosso País. [...] Na Conferência Nacional Extraordinária, o PC do B aprovou um Manifesto-Programa que retomou as teses do Programa do Quarto Congresso do PCB. Como objetivo principal, colocou a conquista de um governo popular revolucionário [...] e repeliu a luta pelas reformas de base. Tarefa imediata devia ser a instauração do novo regime – anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista. O que não se daria pelo inviável caminho pacífico, porém, pela violência revolucionária. [...] (GORENDER, 2014, p. 40).

Em termos teóricos, o PC do B, embora tenha inspiração marxista-leninista,³ optou pelo alinhamento com o Partido Comunista da China, encabeçado pelo Mao Tse-Tung. Desse modo, a Revolução Campesina de Mao para os projetos PC do B, portanto, não era mero acaso. O maoísmo galgava propagação institucionalizada no Brasil e o PC do B, nesse sentido, protagonizava com as demais esquerdas o “coro” contra o PCB (GORENDER, 2014, p. 40).

³ Com base no *Dicionário do Pensamento Marxista* podemos ter uma breve noção de que: “Os marxistas-leninistas entendem por ‘leninismo’, [como o] [...] desenvolvimento da concepção científica da sociedade proposta por Marx e Engels. Como tal, o leninismo é uma ciência das leis de desenvolvimento da natureza e da sociedade, que esclarece as relações causais entre o homem e a sociedade, bem como a marcha rumo à sociedade sem classes do comunismo. [...] Definido de modo mais estrito, o leninismo é a tendência, dentro do movimento marxista, que aceita as principais contribuições teóricas de Lenin ao marxismo revolucionário. Como tal, é uma concepção da tomada do poder para e pelo proletariado e da construção da sociedade socialista que legitima a ação revolucionária do partido em nome da classe operária. [...] Os leninistas vêem o marxismo como uma PRÁXIS de classe revolucionária voltada fundamentalmente para a tomada do poder para e pelo proletariado. Os leninistas enfatizam o papel do partido comunista como arma de luta. O partido é formado de militantes marxistas dotados de consciência de classe e organizado centralizadamente segundo o princípio do centralismo democrático. [...]”. (BOTTOMORE et al., 2001, p. 213; grifo do autor).

Eric Hobsbawm, ao estudar o marxismo-leninismo, aludindo sobre o ideário que engajava os militantes em relação à atmosfera apoteótica que pairava no início do século XX, afirma que:

[...] ser um social-revolucionário cada vez mais significava ser um seguidor de Lenin e da Revolução de Outubro, e cada vez mais um membro ou seguidor de algum partido comunista alinhado com Moscou [...]. Os jovens que tinham sede de derrubar o capitalismo tornaram-se comunistas ortodoxos, e identificaram sua causa com o movimento internacional centrado em Moscou; e o marxismo, restaurado por Outubro como a ideologia da mudança revolucionária, significava o marxismo do Instituto Marx-Engels-Lenin de Moscou, que era agora o centro global para disseminação dos grandes textos clássicos. Ninguém mais à vista se oferecia para interpretar o mundo e mudá-lo, nem parecia melhor capacitado para fazer isso. [...] A forma do movimento pela revolução mundial estava na forma comunista de organização, o ‘novo tipo de partido’ de Lenin, uma formidável inovação de engenharia social do século XX, comparável à invenção das ordens monásticas cristãs e outras na Idade Média. [...]. (1995, p. 80-82; grifo do autor).

De acordo com Bottomore (2001, p. 244-283), o “novo tipo de partido”, que surge nesse período, exprime a ideia de Lenin de que:

[...] no pensamento de Marx e Engels, há mais de um ‘modelo’ de partido no pensamento de Lenin, embora todos esses ‘modelos’ sejam concebidos como uma vanguarda centralizada e empenhada em fundir a teoria e a consciência socialistas com o movimento operário espontâneo. [...] O marxismo era uma visão abrangente do mundo e uma teoria política que tinha de ser levada ao proletariado, de fora, por uma organização criada especificamente com esse objetivo: o ‘partido de um novo tipo’. A ideologia [...] visava assegurar a disciplina e a exclusividade do partido de quadros e sua pretensão incontestável à condição de vanguarda. Dessa forma, a relação entre a classe operária e a consciência de classe operária foi invertida: primeiro o partido de quadros, com a ajuda dos intelectuais a ele pertencentes, desenvolvia essa consciência de classe, da qual ‘a visão marxista do mundo’ era o núcleo; e, depois, essa consciência era transmitida à classe operária, que cresceu rapidamente depois da revolução. [...]. (grifo do autor).

Com efeito, salienta Jacob Gorender (2014, p. 86; grifo nosso) que, o contexto internacional apresentava outra fonte importantíssima nas lutas revolucionárias dos países de predominância camponesa. Dentro desse contexto, o êxito da revolução cubana e argelina, a guerra perpetrada pelo Vietnã contra os Estados Unidos e a Revolução Cultural chinesa, exercia forte influência, no mesmo compasso em que, impressiona feericamente a juventude politizada dos anos 1960. Enfim, em relação a esses eventos, e do que sobre eles se escreveu, emanava uma conclusão: *a da potência revolucionária do campesinato*.

Em relação a essa potência revolucionária do campesinato (ou rural), que Hobsbawm denomina de *guerra de guerrilha* observa-se que:

O caminho para a revolução pela longa guerra de guerrilha foi descoberto um tanto tardiamente pelos revolucionários sociais do século XX, talvez porque em termos históricos essa forma de atividade em essência rural estivesse associada de modo esmagador pelos observadores urbanos com o conservadorismo, ou mesmo com a reação e a contrarrevolução. Afinal, as poderosas guerras de guerrilha do período revolucionário e napoleônico francês dirigiam-se sempre *contra*, e jamais *a favor* da França e da causa de sua Revolução. A própria palavra ‘guerrilha’ não fazia parte do vocabulário marxista até depois da Revolução Cubana de 1959. [...] [Assim,] o caminho da guerrilha para o poder inevitavelmente levava a sair das cidades e centros industriais, onde estava a força tradicional dos movimentos trabalhistas, e ir para o interior rural. Mais precisamente, uma vez que a guerra de guerrilha se mantém com mais facilidade no mato, montanhas, florestas ou terrenos semelhantes, em território de população escassa, distante das principais populações. Nas palavras de Mao, o campo iria cercar a cidade para conquistá-la. [...] (1995, p. 85-87; grifo do autor).

A visão revolucionária do campesinato ou guerra de guerrilha rural encerrava, com as devidas proporções, a teoria do foco ou simplesmente *foquismo*.⁴ De acordo com Gorender (2014, p. 86), o local mais apropriado para a revolução só poderia ser o campo, seja porque o inimigo concentra o seu poder na cidade, nesse caso, o inimigo teria que dispersar as suas forças para o campo, seja pelo fato de que, os revolucionários, no campo, teriam a ajuda dos camponeses para a guerra de guerrilha.⁵ Em síntese, defende-se a ideia de que a revolução poderia se iniciar a partir da ação armada de poucos guerrilheiros com foco rural.

O pequeno PC do B, a despeito do emblemático “dualismo tático-estratégico”, em 1969 lançou o manifesto *Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil*. A partir leitura deste documento, Sales (2007, p. 173) afirma que:

[...] o PC do B assume declaradamente os preparativos para a luta armada. Foi com essa ideia definida que, em abril de 1972, o PC do B se viu em luta contra o Exército brasileiro na região do Araguaia. Só nesse momento o conjunto partidário pôde saber como havia sido montada a guerrilha. A hora, no entanto, não era para discussões. Afinal, a despeito das divergências sobre qual a melhor forma de se estruturar o projeto de luta armada militar e, enquanto durou a batalha, aplacaram-se as divergências e todo o partido voltou-se para apoiar os militantes que estavam em contenda. [...].

Segundo Sales (2007, p. 173), o PC do B, após o início da batalha no Araguaia, que era longe dos centros urbanos, embora o partido tenha reclamado o apoio da população local,

⁴Jacob Gorender traz a lume, que: “A esquerda brasileira tomou conhecimento da teoria do foco através dos escritos de Ernesto Che Guevara, desde *A guerra de guerrilhas*, de 1960, e de Régis Debray. Deste último, *Revolução na revolução?*, folheto de 1967, suscitou entusiasmo instantâneo. [...]”. (2014, p. 90; grifo do autor).

⁵Sobre a guerra de guerrilha rural, complementa Hobsbawm: “[...] Em seu território, claro, as guerrilhas não podiam funcionar sem apoio de massa; não menos porque, em conflitos extensos, suas forças seriam em grande parte recrutadas localmente: assim (como na China), grupos de operários industriais e intelectuais podiam ser discretamente transformados em exércitos de ex-camponeses. [...]”. (1995, p. 87; grifo do autor).

o dúbio programa de luta armada não se efetivou a contento. Isso ocorreu porque, sem o apoio da população, a repressão conseguiu isolar a guerrilha do restante do país, dos meios de comunicação, do auxílio, ou mesmo, de alguma esquerda correligionária. De todo modo, ao ficarem isolados, o partido foi caçado nas cidades pela repressão militar até a extinção da guerrilha.⁶ Como ressalta José Paulo Netto:

Na esquerda de filiação marxista, porém, as fraturas não se limitaram ao PCB. Em 1966-1967, também o PC do B experimenta ‘rachas’ (com a formação, no Nordeste, do Partido Comunista Revolucionário – PCR e, no Centro-Sul, da Ala Vermelha – PC do B-AV), ‘rachas’ que atingem até o pequeno POR (T) (em 1966, dele se desvincula, em São Paulo, uma fração estudantil). [...] (2000, p. 225; grifo do autor).

Marcelo Ridenti (2010, p. 30-31) atribui a suposta demora na preparação da resistência armada ao regime militar ou a confecção de uma logística, às rupturas testemunhadas no interior do PC do B, acarretando a perda de mais da metade de seus membros, no interregno entre 1966 e 1967, e, com isso, engendrando, no Nordeste o Partido Comunista Revolucionário (PCR), e, no Centro-Sudeste/Sul, a *Ala Vermelha* do PC do B.⁷

O PCR lançou o manifesto *Carta de 12 Pontos aos Comunistas Universitários*, servindo como programa que constituiria o partido. Para Gorender (2014, p. 121), sob o ponto de vista de concepção geral, o documento instituidor não promoveria substancial alteração, tendo em vista que, permaneceria o caráter nacional e democrático da revolução: a luta armada, a estratégia de guerra popular, a diretriz exógena de cerco das cidades pelo campo, enfim, a revolução igualmente “de fora pra dentro”. Segundo esse historiador:

[...] Confinado à faixa canavieira de Alagoas à Paraíba, a tese peculiar do PCR é a de que o Nordeste constitui o ponto mais agudo da contradição entre o imperialismo norte-americano e o povo brasileiro. Por conseguinte, deve ser ‘a área principal de atuação dos comunistas revolucionários’. Do ponto de vista nacional, a área industrial de São Paulo e do Rio de Janeiro seria a ‘cidade’ e o resto do País, o ‘campo’. Na *Carta de 12 Pontos* e num documento de 1968, fundamenta a prioridade revolucionária atribuída ao Nordeste na argumentação da burguesia nordestina acerca do atraso da região decorrente da sua exploração pelo capitalismo sulino e pelos grupos monopolistas estrangeiros. A concepção maoísta da guerra

⁶Anota Jean Rodrigues Sales, por fim, que: “Apesar de todos os percalços, os guerrilheiros conseguiram resistir por aproximadamente dois anos ao cerco imposto pelo Exército, que precisou de três campanhas militares até conseguir eliminar todos os militantes. A última teve início em outubro de 1973 e, entre janeiro e março de 1974, conseguiria destruir o núcleo guerrilheiro. O resultado final foi de cerca de 76 mortos, sendo 59 militantes do partido e 17 recrutados na região.” (2007, p. 174).

⁷No que concerne a Ala Vermelha do PC do B, Marcelo Ridenti acrescenta que: “[...] também sofreria cismas que gerariam em São Paulo o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e, em Minas, o Movimento Revolucionário Marxista (MRM). [...]”. (2010, p. 31).

popular se mescla a uma visão regionalista da revolução brasileira. [...]. (2014, p. 121; grifo do autor).

O PC do B *Ala vermelha*, por seu turno, enunciou os eixos centrais de sua matriz, o PC do B. A aprovação do documento doutrinário dessa Ala Vermelha pregava a luta armada imediata, baseado na teoria do foco, mas, com a consequência de, a princípio, agirem apartado de massas, justificando que: “[...] a preparação política e estratégica de massas camponesas se tornou impossível nas condições fortemente repressivas da ditadura militar. [...]”. A visão da dissidência do programa PC do B *Ala vermelha*, quando de seu surgimento, no cenário brasileiro de repressão militar, revelava que não havia mais tempo de divagação teórica. E, com fito a luta armada de imediato, não via: “[...] outro caminho senão o de começar com um pequeno contingente organizado em absoluta clandestinidade e ao qual caberá a implantação do foco revolucionário no campo, para depois ganhar as massas camponesas”. (GORENDER, 2014, p. 122).

Retomando as dissensões do Partido Comunista Brasileiro, destacamos também uma das mais significativas dissidências que foi a Ação Libertadora Nacional (ALN), que apresentava um conjunto de comandos diferentes. Esse grupo era partidário da luta armada urbana e tinha como principais expoentes Carlos Marighella e o co-fundador Joaquim Câmara Ferreira, como discutiremos no segundo capítulo.

1.2.2 A Tendência Trotskista

O movimento trotskista do Brasil é oriundo da extinção do Partido Socialista Revolucionário, à medida exata em que este, através da Quarta Internacional (trotskista): “[...] se dissolveu em 1952, [...] [sucedeu-lhe], no ano seguinte, [...] [o] Partido Operário Revolucionário (Trotskistas) – POR (T) –, ao qual aderiu uma geração jovem de intelectuais e estudantes. [...]”. (GORENDER, 2014, p.41; grifo do autor).

Com base em Murilo Leal Pereira Neto, podemos notar o efusivo engajamento do Partido Operário Revolucionário Trotskista – POR (T) –, por meio do periódico *Frente Operária*. Esse periódico contribuía para o movimento do POR (T), como arauto do manifesto programa revolucionário:

As primeiras ações do POR nessa região [Poá, Suzano, Ferraz de Vasconcelos, Moji das Cruzes, Calmon Viana] foram registradas em agosto de 1961, quando foi anunciada a abertura de uma ‘agência de *Frente Operária*’ na Rua Padre João, 28 (B), em Moji das Cruzes, e a venda do jornal ‘em todas as estações do subúrbio operário servido pela Central do Brasil’. As notícias permitem supor a existência de

uma inserção na realidade operária e popular maior do que o conjunto da ‘linha’ do jornal sugere, esta última, às vezes, bastante doutrinária. Assim, os trotskistas da região estavam ora realizando um comício pelo reajuste do salário mínimo para duzentos operários, ora distribuindo panfletos em Suzano, convocando os trabalhadores a se solidarizar com os operários do setor químico em campanha salarial; ora participando de ‘pichações’ e panfletagem em conjunto com militantes do PCdoB e PSB na luta pelo ‘abono de Natal’, pela reabertura dos dissídios coletivos e por aumentos reais de salários. Mesmo quando se tratava de fazer propaganda da orientação estratégica do POR para o Brasil no agitado início dos anos 1960, eram feitas mediações e a política trotskista adaptava-se às características vivas do movimento local, adquirindo mais veracidade. [...] (NETO, 2007, p.147; grifo do autor).

O POR (T) é considerado, em comparação com as demais esquerdas: “[...] um minúsculo agrupamento trotskista-posadista que teve certa penetração entre estudantes, militares de baixa patente e alguns trabalhadores rurais e urbanos antes de 1964 [...]” (RIDENTI, 2010, p. 29). Conforme esclarece Murilo Leal Pereira Neto (2007, p.154), o POR (T) atuou, também, com um núcleo pioneiro no Nordeste, com o militante Jeremias, tendo às atividades principais desenvolvidas em Pernambuco.

A vertente trotskista-posadista refere-se ao militante e teórico J. Posadas, natural da Argentina, sendo um dos principais dirigentes do trotskismo argentino. Posadas influenciou substancialmente o programa do POR (T). Segundo Gorender:

[...] Filiando-se a Quarta Internacional, o POR (T) se vinculou à facção orientada por J. Posadas (pseudônimo do argentino Homero Cristali), o qual desenvolveu um enfoque terceiro-mundista da revolução mundial. Das lutas emancipadoras dos povos atrasados, Posadas extraiu a perspectiva do nacionalismo pequeno-burguês ao Estado operário. [...] Em dezembro de 1963, o POR (T) realizou um congresso nacional, com cerca de quarenta delegados procedentes de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba. Posadas compareceu ao congresso e chamou a atenção para a força do nacionalismo brasileiro, do qual Brizola era expressão exponencial [...] os militantes trotskistas se aproximavam do brizolismo e tentavam penetrar nas camadas médias. (2014, p. 41; grifo nosso).

O destaque acima demonstra a concepção defendida pelo Posadas sobre o “entrismo”. Murilo Leal Pereira Neto (2007, p. 163; grifo nosso) enfatiza que Posadas elencou como prioritário para os trotskistas o ‘entrismo’ em movimento e organizações nacionalistas, reputados como *de novo tipo*, uma vez que, tenderiam a avançar para o socialismo ou permitir a formação de correntes internas com esse projeto.⁸

⁸ O estratagema do “entrismo” proposto por Posadas apresenta, em termos táticos e teóricos: “[...] [O] ‘entrismo’, empreendido a partir do III Congresso da IV Internacional, consolidada em uma reunião no Comitê Executivo Internacional em 1952 e aprofundada no IV Congresso, realizado em julho de 1954. A tática, que, na proposição de Trotski nos anos 1930, visava a permitir o crescimento dos núcleos de ‘bolcheviques-

Às bases e metas do programa do POR (T) correspondem, na essência:

[...] organização de comissões de fábrica, democraticamente eleitas pelos operários [...]; pela liberdade e autonomia sindical [...]; pela organização de central única de trabalhadores com a participação de todas as correntes do movimento operário sem distinção ideológica [...]; o sindicato deveria desempenhar um papel na luta pela transformação da sociedade [...]; [à] ‘aliança operária-estudantil-camponesa e de soldados’; [...] [Em suma,] [...] o POR (T) defendia a sindicalização dos assalariados, com a transformação dos sindicatos em entidades de massa, democráticas, baseadas em ‘comitês de fazenda’ e delegados controlados pela base, que apoiassem a ocupação de terras, a formação de milícias e a aliança operária e camponesa. (NETO, 2007, p. 150-157; grifo do autor).

Conforme menciona Jacob Gorender (2014, p. 93), os agrupamentos trotskistas ortodoxos renegaram o foquismo e a estratégia chinesa de guerra popular. Sob o prisma da revolução permanente, alimentaram seus ideários no modelo insurrecional soviético, seja no aspecto tático, seja no objetivo estratégico da ditadura do proletariado. Por consequência, deram prioridade às lutas da classe operária nas cidades, sob a direção do partido de vanguarda. Os trotskistas defendiam o caminho armado para a conquista do poder, no entanto, recusaram o terrorismo e a luta armada isolada das massas.

A *revolução permanente* é uma das teorias que acirrava o campo de embate teórico no contexto da Revolução Russa.⁹ Embasada pelo teórico Lev Davidovich Bronstein, conhecido pelo pseudônimo Trotski, que defendia, de acordo com Angelo Segrillo (2012, p. 168), a ideia de que, como o capitalismo mundial já estava maduro para o salto ao socialismo, a Revolução Russa deveria ser permanente.

leninistas’ (como se autodenominavam, então, os trotskistas) a partir de um trabalho dentro dos partidos comunistas com base de massa, em que se deveria praticar um ‘entrismo *sui generis*’, visando à formação de uma corrente interna capaz de tomar a direção do partido e orientá-lo para uma perspectiva revolucionária. [...]” (NETO, 2007, p.162; grifo nosso).

⁹ A celeuma teórica perpassava internamente: os mencheviques (que pregava o etapismo) e os bolcheviques (a revolução permanente). Contextualiza esse substancial entrave, Angelo Segrillo: “E que lutas internas foram essas que se aguçaram após a morte de Lenin, em janeiro de 1924? A principal está relacionada ao debate da ‘teoria da revolução permanente’ (de Trotski) e ‘teoria de revolução em um só país’ (de Stalin). A primeira dizia que a revolução socialista tinha que ser mundial ou se estagnaria. A URSS teria que servir de base para a disseminação da revolução socialista no mundo. Caso contrário, ficaria isolada contra as potências capitalistas que a acabariam sufocando externamente e, internamente, estaria sujeita a uma burocratização. Já Stalin, a partir de 1924/1925, dizia que, como a revolução socialista mundial não estava ocorrendo na prática, então a URSS deveria se concentrar na sobrevivência de seu regime socialista para, em etapa posterior, mais fortalecida, se lançar na tarefa de reavivar a revolução mundial. [...]” (2012, p. 190). Contrastando isso, para Marx e Engels, uma de suas convicções iniciais e que: “[...] nunca abandonaram foi a de que a grande transformação não poderia ter lugar isoladamente aqui e ali, num ou noutro lugar afastado uns dos outros, mas teria de ser obra de um número decisivo de nações indústrias agindo simultaneamente. [...]” (BOTTOMORE et al., 2001, p. 325).

Com base ainda em Angelo Segrillo (2012, p. 168; grifo nosso), a *revolução permanente* deveria se espalhar em dimensão mundial, ou seja, não deveria ficar limitada a um só país. Podemos entender também pela *revolução permanente*, como a própria acepção sugere, o sentido de não estagnar na etapa democrático-burguesa – como a Revolução Francesa, por exemplo – e, por fim, impulsionada pelo proletariado, a ir até a fase socialista.

Outra vertente influenciada pelas ideias de Trotski,¹⁰ oriunda da vanguarda do PCB e que fez uma crítica do mesmo, foi a Organização Revolucionária Marxista (POLOP), editora do periódico *Política Operária*, que contestava o *reformismo* defendido pelo partido e os elos que àquela altura se traçavam. Unificado pela crítica sistêmica ao PCB, decorre desse meio cultural a: Organização Revolucionária Marxista, editora do periódico: *Política Operária*, o que resultaria na denominação abreviada POLOP (GORENDER, 2014, p. 42).

Em linhas gerais, Daniel Aarão Reis historiciza à ORM-Polop, apontando os objetivos principais:

A ORM-Polop, além do congresso de fundação, em 1961, realizou mais dois congressos na conjuntura, em 1962 e 1963. Sua publicação mais importante – *Política Operária* –, que já começara a circular, como boletim quinzenal, em fins de 1960, tornou-se, em 1961, um jornal, depois, revista trimestral e, a partir de dezembro de 1963, jornal semanal. Quatro temáticas destacavam-se como principais: a inviabilidade das reformas fora de um contexto revolucionário; a questão do socialismo, colocado na ordem do dia pelos movimentos sociais e pela radicalização da conjuntura; a necessidade de libertar os trabalhadores da influência dos partidos reformistas (PTB e PCB); e a organização de um novo partido comunista, que assumisse realmente a direção política de classe operária. (2007, p. 57-58; grifo do autor).

De acordo com Gorender (2014, p. 142-143), sucede que, com a aprovação do novo e dubitativo programa, através do Quarto Congresso, a ORM-Polop sofreria diversas objeções

¹⁰ Outra importante teoria de Trotski é o da “teoria do desenvolvimento desigual e combinado”, que, aliás, mais adiante, daria suporte para o da “revolução permanente”. Explica Tom Bottomore et al. (2001, p. 393-394; grifo do autor) que: “À principal contribuição de Trotski para o pensamento marxista foi a ‘teoria do desenvolvimento desigual e combinado’ e a doutrina, dela conseqüente, da ‘revolução permanente’. [Segundo o qual,] um país atrasado não supera seu atraso passando pelas etapas já atravessadas pelos países adiantados, mas condensando-as ou mesmo saltando-as, o que resulta numa combinação de aspectos de atraso com aspectos de um estágio de desenvolvimento adiantado, habitualmente do mais alto nível existente. [...] Trotski via a transição para o socialismo como uma série de transformações sociais, políticas e econômicas, ligadas entre si e interdependentes, que ocorrem em vários níveis e em diversas estruturas sociais, feudal, subdesenvolvida, pré-industrial e capitalista, e em diferentes conjunturas históricas. Esse ‘desenvolvimento desigual e combinado’ seria motivado pelas circunstâncias e pela sua própria dinâmica, a partir de sua fase burguesa antifeudal, até sua fase socialista anticapitalista. Nesse processo, transcenderia as fronteiras geográficas fixadas pelo homem e passaria de sua fase nacional a uma fase internacional, no rumo da criação de uma sociedade sem classes e sem Estado em escala global. Embora a revolução deva *começar* em bases nacionais, [...] isso constituirá inevitavelmente apenas o primeiro ato do drama, seguido de um outro ato representado em outro lugar da arena internacional. [...]”.

no interior do partido. Com isso, provocaria a retirada de mais da metade de seus integrantes, e, embora desfalcada, a ORM-Polop, em meados de 1968, associou-se à Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, derivada do PCB, originando o Partido Operário Comunista (POC), e, este, sem muita expressão, não efetivaria o projeto de atuação entre os trabalhadores. Ademais, a ORM-Polop teve outra dissidência: o COLINA.

Em primeiro lugar, pouco antes do congresso de fundação da POC, em duas seções importantes da Polop, das mais ativas – a de Minas Gerais e a de São Paulo – as maiorias se cindiria, acusando a organização, especialmente sua direção, de *burocratismo*, de *inércia*, e de *obreirismo*, tomada por *desvios teóricos*, incapaz de implementar suas propostas na prática. Os militantes de Minas Gerais formaram os Comandos de Libertação Nacional (Colina),¹¹ favoráveis a ações armadas imediatas, muito influenciados pelas formulações castro-guevaristas [...]. (REIS, 2007, p. 59-60; grifo do autor).

Os militantes do Colina, tecendo à diretriz do movimento, em abril 1968, subscrevem o *documento básico*, em que se distanciava do Programa Socialista da Polop, principalmente em função do enfoque ao militarismo. E, mais do que isso: “[...] o documento básico do COLINA se caracterizou ainda por ser um dos poucos a fazer a pregação explícita do terrorismo, nisso acompanhando Marighella.” (GORENDER, 2014, p. 143).

Em São Paulo, nos idos de 1967 ocorreria outra “sangria” na ORM-Polop, culminando com o surgindo da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Esse grupo, em sua composição contava com a presença de ex-militares, a exemplo de Onofre Pinto, de intelectuais militantes, como João Quartim de Moraes, Ladislau Dowbor e, mais a frente, de líderes operários, a exemplo de José Ibrahim e Zequinha Barreto. Acrescente-se, nesse cabedal, sobretudo, o lendário capitão Carlos Lamarca. (RIDENTI, 2007, p. 33).

Ocorre, porém, segundo Marcelo Ridenti (2010, p. 31), que, em torno de 1969, a VPR e o COLINA, em decorrência de várias tratativas, avançaram e, por conseguinte, concluíram ser a fusão entre elas a mais recomendada. Com esse objetivo, uniram-se em prol da constituição da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares). O VAR-Palmares, após aprovação do seu novo e constitutivo programa, no Congresso de setembro de 1969, apresentava e reproduzia os seguintes postulados:

¹¹ Jacob Gorender (2014, p. 143) externa, brevemente, o imbróglio de ramificações no Colina, o qual, surgiu, a princípio, como uma entidade denominada apenas Organização ou, laconicamente, O., sendo que, mais adiante, em 1968, receberá o nome de Organização Político-Militar. E, só então, de Comando de Libertação Nacional (COLINA). Em termos de composição: “a Organização, depois COLINA, desde o início se apresenta como fusão entre dissidentes da POLOP e subalternos excluídos das Forças Armadas e já desprendidos do brizolismo. [...]” (GORENDER, 2014, p. 143).

[...] a análise da sociedade brasileira comum às organizações que se atinham à teoria da dependência e sofriam a influência trotskista-luxemburguesa. Mas combinou a prioridade atribuída à guerrilha rural com a construção do partido de vanguarda do proletariado, indispensável à sua hegemonia de classe no processo revolucionário. Em consequência, formulou a diretiva da luta de massas em todas as frentes, valorizou o trabalho político e salientou a importância da atuação nas cidades. Embora de maneira tímida, o *Programa* da VAR manifestou a percepção do isolamento político em que se encontravam as organizações da esquerda militarista e tentou desfazer este isolamento mediante a combinação entre guerrilha rural e partido político. A nova VPR adotou como documento doutrinário o trabalho teórico de Jamil, difundido no final de 1969 e editado, no ano seguinte, com *Introdução* oficial da própria VPR. (GORENDER, p. 151; grifo do autor).

Faziam parte da direção eleita do VAR-PALMARES: “Espinosa, Lamarca, Cláudio Ribeiro, Juarez Guimarães de Brito (Juvenal), Maria do Carmo Brito (Lia), Franklin de Araújo (Max) e Carlos Alberto de Freitas (Breno)” (IBID., 2014, p. 149).

Contrariando as expectativas da fusão, José Paulo Netto (2000, p. 226) pontua que, por volta de dois meses depois, de assomo, um grupo de dirigentes distanciam-se da organização recém-criada ou unida, VAR-Palmares, e, redirecionam os seus interesses, refundando a Vanguarda Popular Revolucionária. O ex-sargento e guerrilheiro Carlos Lamarca transitou no grupo diretório da VAR-Palmares e da recriada VPR, antes de se dirigir, finalmente, em abril de 1971, para o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).¹²

Com efeito, Marcelo Ayres Camurça e Daniel Aarão Reis (2007, p. 133-134) comentam que o MR-8, por sua vez, decorre de diversas celeumas internas na juventude comunista universitária do PCB, no contexto que precedeu o golpe de 1964. E, por volta de 1966, às direções do PCB, como já exposto, preocupavam-se mais com o cenário político dos conchavos, em detrimento da revolução. Enquanto os militantes “rebeldes” esboçavam propostas de confronto armado imediato contra a ditadura e eram simpatizantes do voto nulo, o PCB tinha candidatos nas eleições que estavam agregados no MDB.

É oportuno salientar que, segundo Marcelo Ridenti (2010, p. 30), entre 1965 e 1968, as bases universitárias romperam plenamente com o PCB em todos os Estados, constituindo as conhecidas dissidências estudantis, as “DIs”. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, originou a DI-RJ, na Guanabara a DI-GB. A partir disso, tais dissidências foram o terreno fértil que engendraria, posteriormente, à composição que intitularam: Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8.

¹² José Paulo Netto registra que: “[...] o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), [...] com o apoio da ALN, operou, em setembro de 1969, o sequestro de Charles Burke Ellbrick, embaixador norte-americano. [...]” (2000, p. 225). Efetivando na libertação de 15 prisioneiros políticos (guerrilheiros) em troca do embaixador.

Ainda segundo Ridenti (2007, p. 43), o MR-8 era um pequeno grupo intelectualizado, composto por militantes universitários cariocas, que tomou notoriedade, nacional e internacional, ainda no ano de 1969, quando ocorreu o sequestro do embaixador dos Estados Unidos. O contraste deletério disso, é que a ação, também, chamou a atenção da repressão militar, atingindo duramente a organização, a ponto de alterar os dirigentes, frear as ações armadas, tardeando a lenta preparação da guerrilha rural, mas, a despeito disso, entre outros aspectos, atraiu o ex-capitão Lamarca.

Nesse cenário, a Igreja Católica¹³ demonstra, além da notável mudança de comportamento, velada preocupação no que diz respeito aos segmentos populares. Segundo Marcelo Timotheo Costa (2007, p. 439-440), a igreja, tendo como pressuposto ser o homem em grande parte fruto do meio, não existirá alteração espiritual profunda dos indivíduos sem, no mesmo compasso, haja a reforma do meio em que coexistem e trabalham. Correlacionando, pois, as preocupações religiosas com as sociais, analisadas a partir de uma realidade bem marcada pelo capitalismo e suas mazelas, o padre belga Joseph Cardjin criou o método ‘ver-julgar-agir’, que será tida como impulsionadora ao ativismo católico a partir da metade do século XX. Como argumenta Boris Fausto:

[Em relação] a Igreja Católica, [...] [a] partir da década de 1950, muitos de seus integrantes começaram a se preocupar, preferencialmente, com as camadas populares, que constituíam sua base social. [...] A Igreja se dividiu entre diversas posições, indo do ultraconservadorismo de alguns bispos às aberturas à esquerda, típicas da Juventude Universitária Católica (JUC). Tocada pelo clima de radicalização do movimento estudantil, a JUC foi assumindo posições socialistas e entrou em choque com a hierarquia eclesial. [...] (2012, p. 245; grifo do autor).

Sob esse contexto, menciona Marcelo Timotheo da Costa (2007, p. 443-444) que a JEC (Juventude Estudantil Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica) eram orientadas por ideias políticas e cristãs. Com efeito, a percepção da Igreja era de que, como manifesto para juventudes católicas, o cristão deveria estar engajado, nesse caso, compromissado com a alteração da sociedade – por vezes, apresentada como desigual e injusta – em que coexistiam.

Na visão desse historiador, nota-se a inclinação para um ponto de ruptura, na medida em que, para os estudantes, o controle da hierarquia, evidenciando princípios austeros, parecia

¹³ De acordo com Jacob Gorender, a: “[...] AP teve também na sua formação uma *vertente protestante*. Paulo Stuart Wright, um dos líderes da organização, veio precisamente desta vertente. Nela influenciou Richard Shaull, teólogo protestante norte-americano de tendência progressista, então residente no Brasil. Em 1969, o governo militar forçou-o a regressar aos Estados Unidos.” (2014, p. 43; grifo nosso).

como imobilizador. Para os prelados mais conservadores, a visão deles era de que, a JEC e a JUC, afastavam-se, diametralmente, indo de encontro às suas intenções originais.

A necessidade de seguir seus próprios ideários ou, conforme aduz Alessandra Ciambarella (2007, p. 105), a necessidade de seguir desprendido dos ditames da Igreja, fez com que a JEC e principalmente a JUC, projetasse a ideia de formação de uma nova organização: “[...] de criar outro veículo de ação política, que permitisse liberdade de atuação e não envolvesse a hierarquia católica hostil à politização. Em junho de 1962, num Congresso em Belo Horizonte, fez-se o lançamento solene da AP”. (GORENDER, 2014, p. 43).

Assim, a Ação Popular erigia, a partir daí, em termos de organização, com: “[...] objetivos revolucionários, desligada da hierarquia [...]” (FAUSTO, 2012, p. 245) e, sobretudo, como movimento político independente. Registra Marcelo Ridenti (2010, p. 28), ademais, que, em 1964, a Ação Popular (AP) advogava a criação de uma via diferente que não fosse, necessariamente, o capitalismo e o comunismo, em que pese à inspiração da AP advir-se do humanismo cristão com amalgamas da Revolução Cubana.¹⁴

No seio do grupo da AP, o ponto premente da agenda partidária era o debate teórico e ideológico, pautado em novas percepções. Nesse sentido, revela Alessandra Ciambarella (2007, p. 111) que, com intuito de redefinição de seus princípios políticos e filosóficos, a AP tentava adequar os princípios e a origem cristã aos aportes teóricos do marxismo, que passariam a orientar a organização e, a ação política que a AP, em especial entre 1965 e 1967, iria desenvolver no cenário nacional. Ainda segundo essa autora, a AP revisou:

[...] às linhas de ação, centralizando as atuações dos comandos militares, e a um afastamento com relação às influências de Cuba, adiando viagens de treinamento e intercâmbio antes estabelecidas para a ilha e devolvendo praticamente toda a ajuda financeira concedida pelos cubanos à AP. [...] A partir de 1968, prevaleceria na organização a ala dirigente identificada com os princípios do maoísmo e da Revolução Cultural Chinesa, que causava impacto entre os marxistas de todo o mundo, e especial nas lutas revolucionárias dos países de predominância camponesa. O resultado final foi o abandono definitivo do foquismo e sua substituição pelo maoísmo e pela estratégia da ‘guerra prolongada’, rejeitando o imediatismo da luta armada. (CIAMBARELLA, 2007, p. 119; grifo do autor).

¹⁴ Jacob Gorender (2014, p. 44) salienta, igualmente, que: “em divergência com o PCB por sua opção pelo socialismo como objetivo do presente, a AP se distinguiu também do POR (T) e da POLOP pela capacidade de atuação no movimento de massas em favor das reformas de base e por sua presença nas mais variadas entidades setoriais e de frente única do imediato pré-64.” Assim sendo, com notável capacidade de penetração na sociedade e: “com ampla aceitação entre os estudantes universitários, a AP assumiu três gestões seguidas na presidência da UNE entre 1961 e 1964, em aliança com o PCB.” (FERREIRA, 2004, p. 188).

E, em decorrência da transição no âmago da AP, quer dizer, desta mudança ideológica e política do foquismo castro-guevaristas para o maoísmo. O maoísmo, de matriz marxista, representou no dizer de Gorender uma “marxistização” da AP, que, aliás, suscitaria deveras consequências:

Em primeiro lugar, a marxistização provocou nova perda de militantes, que prefeririam conservar a visão socialista fundamentada na ideologia do humanismo cristão. Em segundo lugar, a marxistização via maoísmo implicou mudança profunda na caracterização da sociedade brasileira e na concepção estratégica da revolução. [...] Do ponto de vista teórico, a transição do socialismo humanista ao marxismo recebeu suporte da escola de Althusser. Encaixava-se no esquema althusseriano a classificação do socialismo humanista, de base cristã, como *ideologia* – escala inferior do pensamento –, ao passo que o marxismo é a *ciência* da história, única teoria explicativa da sociedade. [...]. (2014, p. 127; grifo do autor).

Complementa Marcelo Ridenti (2010, p. 31) que, os militantes que se opuseram a transição, optaram pelo segmento com características leninistas e guevaristas, unindo-se a outros revolucionários para constituir, entre 1968 e 1969, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT),¹⁵ acrescentando nessa “migração” àqueles que, no transcorrer do processo trocaram a Ação Popular por grupos que realizavam ações armadas urbanas.

Nesse ponto, o Congresso que, em 1969, possibilitou a criação do PRT, constituiu o programa revigorando o foquismo, conquanto com algumas adaptações, mas, em essência:

[...] o novo partido restabeleceu o objetivo direto da revolução socialista. Calcada na teoria da dependência, sua análise da situação nacional apontou para a iminência de explosões sociais e indicou o caminho da luta armada, com o campo como área fundamental e a guerrilha como forma principal de luta. Os fundadores do PRT captaram a orientação cubana, porém, a modificaram pelo próprio fato de organizarem um partido (GORENDER, 2014, p. 129).

Acrescente-se, por fim, que AP após a transição ideológica, e várias deserções dos militantes, de acordo com Alessandra Ciambarella (2007, p. 123-124), depois de diversos debates, funde-se com o PC do B, reconhecendo o partido como *autêntica vanguarda proletária*. Debates estes que, suscitou no seio do grupo outra cisão, dando origem à criação da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), que, em 1972, foi encabeçada por Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright. A APML, e, ao que tudo indica, iria ser absorvida pelo Partido dos Trabalhadores.

¹⁵A Alessandra Ciambarella ressalta que: “[...] O PRT teve núcleos no Nordeste e no Sudeste e ainda pôde realizar algumas ações armadas no Rio de Janeiro e em São Paulo.” (2007, p. 119).

CAPÍTULO II

MARIGHELLA E A DEFESA DA REVOLUÇÃO URBANA

2.1 A AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL

Oriunda das fileiras de dissidência do Partido Comunista Brasileiro, em meados de 1968, a Ação Libertadora Nacional (ALN), encabeçada por Carlos Marighella e o co-fundador Joaquim Câmara Ferreira, emerge como um dos principais “rachas” do PCB. A ALN surge: “como antítese ao centralismo democrático [...]”. (ROLLEMBERG, 2007, p. 81). Segundo Marcelo Ridenti:

A organização paradigmática e formadora de opiniões que se constituía em uma negação radical da estrutura partidária clássica foi a ALN de Carlos Marighella. Os trabalhos de revolucionário não cansavam de salientar o caráter burocratizante da estrutura partidária do PCB, que tenderia a tornar a organização politicamente inoperante para agir revolucionariamente. [...] A ALN colocava em primeiro lugar o princípio da ação revolucionária, organizando-se quase como uma federação de grupos coordenados por Marighella [...]. (2010, p. 41).

De acordo com Denise Rollemberg, a Ação Libertadora Nacional foi:

[...] Uma organização que ‘surge simultaneamente com a ação revolucionária’, ‘pela base e não pela cúpula’. ‘A ação é que faz a vanguarda’. Aí estava o ‘foquismo’ de Marighella. Surgia a ALN, à imagem e semelhança de Marighella, centrada na ação, na coragem de agir, na disposição para atuar, na não-submissão a comandos, a hierarquias, a centralismos, desprezando a *experiência*, apostando na renovação dos jovens de 1968; nascida da convicção de que ‘a obrigação de todo revolucionário é fazer a revolução’, frase impressa no cartaz da Olas, que ele encarnou como ninguém. *Quem samba fica, quem não samba vai embora*. (2007, p. 81; grifo do autor).

A Ação Libertadora Nacional pertencia à tendência marxista, com nuances leninista, e se identificava com a *teoria das duas etapas da revolução*. De modo que: “Colocou a libertação nacional como primeiro objetivo, ao qual se seguiria o do poder socialista. [...]” (GORENDER, 2014, p. 108). Portadora de uma “utopia revolucionária” (MANHEIM, 1976 apud SILVA, 2009), a ALN direcionava, portanto, seus ideários para a libertação nacional do imperialismo Norte-Americano, do Capitalismo e da dependência econômica do modelo agro-exportador.

Denise Rollemberg (2007, p. 81) sublinha que a Ação Libertadora Nacional representava na essência, o oposto manifesto do centralismo democrático do PCB, seja porque o rigorismo do PCB afastava a maioria dos brasileiros das decisões, porque protagonizava mais “em cima” no cenário nacional. A proposta da ALN era realizar a revolução “de baixo para cima”, tendo a *ação* como a tônica partidária, atuando na frente de “massas”, fazendo-as de aliadas à causa, instruindo com táticas guerrilheiras.

Aliás, é nesse sentido que Marcelo Ridenti argumenta que: “[...] o próprio nome revela sua posição sobre o caráter da revolução brasileira: Ação Libertadora Nacional (ação autônoma de grupos revolucionários guerrilheiros para a libertação da nação). [...]” (2010, p. 33; grifo do autor).

Em relação ao programa partidário da ALN, Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 174) comenta que, o mesmo modificava a proposição do foquismo de Régis Debray, propondo a guerra de guerrilha urbana, contrariando a perspectiva de guerrilha rural ou campesina, tradicionalmente encampada por outros partidos políticos da esquerda clandestina.¹⁶

O líder da ALN, o baiano Carlos Augusto Marighella, nasceu no dia 5 de Novembro de 1911, na cidade de Salvador. Filho de Augusto Marighella, imigrante italiano, e de Maria Rita, descendente de escravos haussás. O mulato Marighella na adolescência gostava de futebol, e já nessa fase demonstrava uma grande inclinação pela militância política (MOREIRA, 2014, p. 93).

O jornalista e biógrafo Mário Magalhães (2012, p. 17) observa que Marighella iniciou a militância política na Escola Politécnica da Bahia. Nessa Escola Marighella tornou-se conhecido em Salvador pelo vigor nas manifestações contra o palácio da Aclamação, assim como pelos poemas que compunha desde o ginásio. Rafael Andrade Moreira (2014, p. 94-95), por sua vez, em sucinta cronologia política, descreve que:

Marighella foi um militante atuante do Partido Comunista de 1930 até meados de 1967. Durante mais de 30 anos, exerceu uma intensa dedicação à militância. [...] Durante o governo de Getúlio Vargas, Marighella se transfere para o Rio de Janeiro no ano de 1936. O ano anterior é marcado por uma intensa agitação política. [...]

¹⁶A razão de ser desses grupos ou movimento de esquerda de *natureza clandestina*, conforme acentua José Murilo de Carvalho (2008, p. 162), resulta em resposta a impossibilidade de, legalmente, franquear contraposição, ou seja, por ausência de alternativa à luz da Lei, à época, de uma dialética pluripartidária. De maneira que, os grupos de esquerda encetaram ações na clandestinidade, adotando táticas militares de guerrilha urbana e rural. Enfim: “[...] obrigou todas as forças de esquerda à clandestinidade, fechando sedes e locais de reunião, e proibindo a circulação legal da imprensa e de material de propaganda. [...]”. (REIS, 2007, p. 58).

Nesta época, Marighella é preso novamente no Rio de Janeiro, no dia 1º de maio de 1936. Em 15 de julho de 1937, Marighella foi libertado mediante concessão de um *habeas corpus* e seguiu para São Paulo onde aguardaria o julgamento. [...] O guerrilheiro ficaria preso de 1939 até 1942 na Ilha de Fernando de Noronha. Em 1945, ano em que o país começava a trilhar um caminho de liberdade e redemocratização, foi promulgada a anistia aos presos políticos e o Partido Comunista voltou a atuar na legalidade. É nesse momento que Marighella é eleito deputado constituinte pelo estado da Bahia. [...].

Marighella tem o mandato de deputado cassado em 1948. Na clandestinidade novamente, ressalta Mário Magalhães (2012, p. 148-149) que, em 1948, Marighella coexistia no Rio de Janeiro com os riscos iminente de quem se expunha nas ruas à repressão. A polícia política o caçava, embora o mandado judicial de captura só viesse a ser decretado no início de 1954.

Ainda segundo Mário Magalhães (2012, p. 183-184), em fins da década de 1950, o Comitê Central elegia Marighella para representar o partido em eventos relacionados à cultura. Mais adiante, Marighella ao mudar-se de São Paulo para Rio, em meados ainda dos anos 1950, assumiria o comando do PCB na capital. Marighella, também, foi secretário de finanças, da qual o tinham encarregado depois da cisão de 1957, nesse encargo, sua função consistia mais em solicitar doações a simpatizantes abonados.

Mário Magalhães (2012, p. 12-18) narra que no dia 9 de maio de 1964, quando ocorreu o primeiro bloco de cassações de direitos políticos, Marighella foi perseguido em operação realizada pela polícia. Vendo-se perseguindo o guerrilheiro entrou em um cinema do bairro da Tijuca-Rio, e lá resistiu à prisão lutando contra os policiais, até ser alvejado por diversas balas, espancado e finalmente preso. Foi, porém, solto 80 dias depois. No final de novembro de 1969, todavia, o desfecho da perseguição foi diferente. Sobre essa ocorrência, o historiador Wagner dos Santos Soares comenta que:

[...] Em novembro de 1969 o próprio Marighella é localizado e assassinado, em uma emboscada preparada pela polícia paulista. O maior líder e teórico da ALN foi morto no momento em que preparava a retirada da organização para o campo. [...] Marighella, sujeito histórico que era, buscou soluções para os problemas de seu tempo, se utilizando dos instrumentos existentes em sua época. Foi militante nos anos trinta, sofreu com a prisão durante o Estado Novo, foi eleito deputado federal quando da democratização, foi stalinista quando isso era sinônimo de ser comunista, chorou quando das revelações do relatório Krushev, defendeu as reformas no interior do PCB e de estrutura no Brasil, optou pela luta armada diante da ditadura militar. (2009, p. 09-10).

Marighella era inflexível em relação à importância da luta armada. Agir, era a palavra de ordem de um guerrilheiro marighellista. Os princípios norteadores, portanto, que um revolucionário filiado a ALN haveria de conduzir, com superior interesse: “[...] é o da ação. E a ação que faz a organização e a desenvolve. Ação significa violência revolucionária, luta armada, guerrilha. [...]”. (GORENDER, 2014, p. 107). Segundo Denise Rollemberg:

Em Marighella, a convivência de opostos: a aversão às formalidades, às regras, a *irreverência*, certamente, a palavra que mais parece nas biografias e nos depoimentos para se referir a ele, e o homem que viveu 38 anos num partido no qual a disciplina era uma questão central. ‘Era brincalhão, mas muito sério também. Ele carregava uma responsabilidade nas costas’, resumiu Noé Gertel, seu antigo companheiro, na prisão da Ilha Grande. [...] Marighella, o homem de partido, numa época em que partido comunista rimava com rígida disciplina e hierarquia, foi também – e sobretudo – o homem que se revelou plenamente na ruptura com a obediência. Na *primeira fase* de sua vida, passara dez anos na prisão; na *segunda*, não passaria nem um dia. (2007, p. 82; grifo do autor).

A memória que se sobressai dos escritos sobre Marighella é a representação dele como sendo um dos principais organizadores e militante que participou ativamente da luta armada contra a ditadura brasileira implantada em 1964. “Terrorista” para uns, “herói” para outros, Marighella influenciou uma geração a luta revolucionária armada, e, projetou o sonho como possibilidade a ser alcançado, lançando as diretrizes que o guerrilheiro deveria seguir no *Manual do guerrilheiro urbano*.

2.2 Uma análise do *Manual do Guerrilheiro Urbano*

O *Manual do Guerrilheiro Urbano*, de autoria de Carlos Marighella, foi publicado em 1969, nas condições de clandestinidade, contendo 60 páginas, para servir de orientação aos movimentos revolucionários. Conforme Jacob Gorenader, referindo-se a Marighella e ao *Manual*: “[...] Sua valorização e a experiência concreta acumulada no Brasil resultarão no *Minimanual do guerrilheiro urbano* [...]. Em concordância com esta linha de propostas, recorta-se o perfil do militante da ALN. [...]” (2014, p. 109; grifo do autor).

Carlos Marighella define o guerrilheiro urbano como sendo o:

[...] homem que luta contra uma ditadura militar com armas, utilizando métodos não convencionais. Um revolucionário político e um patriota ardente, ele é um lutador pela libertação de seu país, um amigo de sua gente e da liberdade. A área na qual o guerrilheiro urbano atua são as grandes cidades brasileiras. [...] O guerrilheiro

urbano é um inimigo implacável do governo e infringe dano sistemático às autoridades e aos homens que dominam e exercem o poder. [...] (1969, p. 04).

Sinaliza, entretanto, que o guerrilheiro urbano se difere do delinquente, na medida em que: “[...] O delinquente se beneficia pessoalmente por suas ações, e ataca indiscriminadamente sem distinção entre explorados e exploradores, por isso há tantos homens e mulheres cotidianos entre suas vítimas” (MARIGHELLA, 1969, p. 04). Por outro lado: “[...] O guerrilheiro urbano segue uma meta política e somente ataca o governo, os grandes capitalistas, os imperialistas norte-americanos”. (MARIGHELLA, 1969, p. 04).

Em relação ao “terrorista”, Marighella revela que: “O terrorismo é uma arma que o revolucionário não pode abandonar” (1969, p. 46). Nesse ponto, Denise Rollemberg analisando o *manual do guerrilheiro urbano*, destaca que: “Marighella assumiu-se como *terrorista*”, diferindo de outras organizações armadas que negavam essa identidade (2007, p. 83; grifo do autor).

A conotação positiva sobre o terrorismo, tendo como correlato à violência, seja física ou simbólica, pode ser notado no *Manual do Guerrilheiro*, quando Marighella afirma que: “[...] ser ‘violento’ ou um ‘terrorista’ é uma qualidade que enobrece qualquer pessoa honrada, porque é um ato digno de um revolucionário engajado na luta armada contra a vergonhosa ditadura militar e suas atrocidades” (1969, p. 03; grifo do autor). Em relação às concepções de terrorismo do *Manual*, Jacob Gorender (2014, p. 107; grifo do autor) afirma que ignora se:

Marighella, na juventude, leu as *Reflexões sobre a violência* de Georges Sorel. Ou se assimilou suas teses através do contato com círculos anarquistas. Seja como for, o ativismo, a exaltação da violência e o antiteoricismo da fase da ALN colocam Marighella na linha do pensamento de Sorel, o doutrinador do anacorssindicalismo. Bem como na linha mais recente de Fanon. Se este falou na *violência absoluta*, o líder revolucionário brasileiro faz apelo à *violência extrema*. A violência situada no plano dos valores incondicionados, alheios a determinações históricas.

Mário Magalhães (2012, p. 504) observa que, o *Manual* renovou a apologia do terrorismo como mecanismo essencial ao guerrilheiro. E a necessidade de inculcar isso é tamanha que, Marighella escreveu nele, *Manual*, quinze palavras com o núcleo “terror”. Sendo que, sob o ponto de vista de Marighella, uma com o sentido neutro, uma com o sentido negativo, e treze com teor positivo. Por certo, seis textos de Marighella e três da ALN promoveram o “terrorismo de esquerda”.

De acordo com o Marighella (1969, p. 05), o guerrilheiro urbano há de ter como característica a valentia e a capacidade de tomar as decisões. Ser astuto, indômito, ter visão tática e, sobretudo, ser um líder hábil. Afirma, aliás, que: “É impossível levar ao fim qualquer ação, sem estar bem planejada, se o guerrilheiro urbano resulta ser indeciso, incerto ou irresoluto”. (MARIGHELLA, 1969, p. 26).

Levando em consideração que: “[...] O guerrilheiro urbano tem que ser uma pessoa preparada para compensar o fato de que não tem suficientes armas, munições e equipe.” (MARIGHELLA, 1969, p. 05). Marighella assenta, contrariando essa estimativa, que o guerrilheiro urbano: “[...] tem que ter duas qualidades básicas e indispensáveis: a. tem que ter uma motivação político-revolucionária; b. tem que ter a necessária preparação técnica-revolucionária.” Na visão de Marighella:

O guerrilheiro urbano tem que ter um mínimo de entendimento político. Para conseguir isto tem que ler certos trabalhos impressos ou mimeografados, como: Guerra de Guerrilha por Che Guevara, Memórias de um Terrorista, Algumas Perguntas dos Guerrilheiros Brasileiros, Sobre Problemas e Princípios estratégicos, Certos Princípios Táticos para Camaradas Levando em Conta Operações de Guerrilha, Perguntas Organizacionais, O Guerrilheiro – Jornal dos Grupos Revolucionários Brasileiros, Qualidades Pessoais de um Guerrilheiro Urbano. (1969, p. 04-05).

Em relação à preparação técnica-revolucionária, Carlos Marighella orienta que:

Em seu sentido mais geral, técnica é a combinação de métodos que o homem utiliza para executar qualquer atividade. A atividade do guerrilheiro urbano consiste em realizar guerra de guerrilha e guerra psicológica. A técnica do guerrilheiro urbano tem cinco componentes básicos: a. Uma parte é relacionada aos requisitos que se agrupam a estas características, requisitos representados por uma série de vantagens iniciais sem as quais o guerrilheiro urbano não pode completar seus objetivos; b. Uma parte concerne certos objetivos definitivos nas ações iniciadas pela guerrilha urbana; c. Uma parte é relacionada com os tipos e modos característicos de ação das guerrilhas urbanas; d. Uma parte concerne o método da guerrilha urbana realizar ações específicas. (1969, p. 17).

Segundo Marighella (1969, p. 18), as características da técnica das guerrilhas são permeadas, pela técnica agressiva, com caráter ofensivo; pela técnica de ataque e retirada pelo qual preservamos nossas forças; pela técnica que busca o desenvolvimento das guerrilhas urbanas, cujo intuito é desgastar, desmoralizar, e distrair as forças inimigas.

Sob o ponto de vista teórico revolucionário, Marighella (1969, p. 19) enaltece a importância da guerrilha urbana, destacando que, as dinâmicas das guerrilhas urbanas

perpassam nos violentos confrontos que o guerrilheiro urbano deve envidar contra as forças militares. Apesar dos policiais militares terem a superioridade bélica em relação ao guerrilheiro. A vantagem do guerrilheiro urbano, em contraponto a isso, é que será o atacante. Uma forma de atacar os inimigos seria realizar sabotagens, que exigiria um estudo bem planejado para ser bem executado.

Uma forma característica da sabotagem é a explosão usando dinamite, incêndio e a implantação de minas. Um pouco de areia, uma gota de qualquer tipo de combustível, ou pouca lubrificação, um parafuso removido, um curto-circuito, peças de madeira ou ferro, podem causar danos irreparáveis. [...]O objetivo da sabotagem é para doer, danificar, deixar sem uso e para destruir pontos vitais do inimigo assim como os seguintes: a. a economia de um país; b. a produção agrícola e industrial; c. sistemas de comunicação e transporte; d. sistemas policiais e militares e seus estabelecimentos e depósitos; e. o sistema repressor do sistema militar-policia; f. empresas e propriedades norte-americanas no país. (MARIGHELLA, 1969, p. 44).

Carlos Marighella no seu *Manual* (1969, p. 49), fala ainda sobre a *guerra de nervos* ou *guerra psicológica*, como sendo uma técnica agressiva, baseada no direto ou indireto uso dos meios de comunicação de massas, assim como notícias transmitidas oralmente com o intuito de desmoralizar o governo. Na guerra psicológica, o governo esta sempre em desvantagem, pois, impõe censura nas massas e termina numa posição defensiva por não deixar nada contrário infiltrar-se. O propósito da guerra de nervos é enganar, propagar mentiras entre as autoridades, assim criando um ar de nervosismo, descrédito, insegurança e preocupação por parte do governo.

Como se pode notar, a leitura do *Manual do Guerrilheiro* permite-nos compreender os caracteres gerais que o guerrilheiro marighellista deve ultimar tendo em vista a revolução. Como motivação ideológica, Carlos Marighella anota que: “[...] Não há guerrilha urbana merecedora do nome que ignore a tática revolucionária de ação e fracasse em praticar rigorosamente o planejamento e a execução de suas atividades.” (1969, p. 50).

Nesse sentido, Marighella (1969, p. 44), destaca que a guerrilha urbana deve pôr em perigo a economia do país, em especial seus aspectos financeiros e econômicos, assim como as redes comerciais domésticas e estrangeiras, possíveis mudanças nos sistemas bancários, seu sistema de coleta de impostos, entre outros.

Para Marighella: “[...] a ação defensiva significa a morte para nós. [...]” (1969, p. 18). Assim, *mutatis mutandis*, o guerrilheiro urbano deve aguerrido confrontar o Estado. Uma vez que: “[...] Somente se pode evitar a derrota quando se conta com as vantagens iniciais e

sabe como explorar com fim de compensar suas vulnerabilidades e falta de material. [...]”. (MARIGHELLA, 1969, p. 19).

No que se refere às vantagens iniciais, em principiar atitude de ataque, ressalta Marighella:

Tem que tomar o inimigo de surpresa; Tem que conhecer o terreno de encontro melhor que o inimigo; Tem que ter maior mobilidade que a polícia e a outras forças repressoras; Seu serviço de informação tem que ser melhor que o do inimigo; Tem que estar no comando da situação e demonstrar uma confiança tão grande que todos de nosso lado sejam inspirados e nunca pensem em hesitar, enquanto que os do outro bando estão atordoados e incapazes de responder. (1969, p. 19).

O ponto de partida para fazer a revolução brasileira depende eminentemente da ação. O guerrilheiro urbano, portanto, tem que agir: fazer acontecer. Partindo desse pressuposto, não há margem à discricionariedade: “[...] o guerrilheiro não pode deixar se confundir, ou esperar por ordens. Seu dever é o de atuar [...]. Sem a iniciativa não pode haver guerrilha urbana.” (MARIGHELLA, 1969, p. 06). Partindo desse pressuposto da ação, em que o guerrilheiro deve estar imbuído, Denise Rollemberg aponta que:

A resistência em maio de 1964 se transformou em ação nos anos seguintes. Mesmo que Marighella continuasse a enfatizar a *resistência*, que tanto destacou naquele momento, agora esse sentido estava em outra palavra: *ação*. A resistência fora a ponte entre as tradições pecebistas e os princípios da organização que criava, em 1967-8, a Ação Libertadora Nacional. No nome ALN, o novo – ação – e a continuidade o princípio da libertação nacional. Mas os tempos eram outros. Não mais das *revoluções burguesas*. Ilusões perdidas. Para sempre. A resistência agora não se confundia com o pacifismo do partido, sempre tentando participar do jogo, submetendo-se às regras. A *resistência* se transformava em *ofensiva*. Ação, a palavra-síntese da organização. (2007, p. 78-79; grifo do autor).

Delineando os ideários de Carlos Marighella, Jacob Gorender, seja por ter tido a oportunidade de conviver, correligoiariamente, com o Marighella, seja pela análise do *Manual do guerrilheiro urbano*, preceitua que:

O primeiríssimo princípio é o da ação. E a ação que faz a organização e a desenvolve. Ação significa violência revolucionária, luta armada, guerrilha. A ação cria tudo a partir do nada, do zero [...]. Daí decorre a atitude antiteoricista – a teoria vista como blábláblá em torno de mesas de discussão. As necessidades teóricas do presente já estão supridas pelo leninismo e pelo castrismo, nada há a acrescentar. [...] O princípio é o da *ação direta*, sem mediações de lutas de massas por objetivos parciais. (2014, p. 107; grifo do autor).

Já Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 174; grifo nosso), comentando sobre o programa partidário da ALN, salienta que ela modificava a proposição do foquismo de Régis Debray, redirecionando para uma situação necessária de *guerrilha urbana*. No entanto, para Jacob Gorender: “[...] O foquismo se mantém, na medida em que a guerrilha começa do zero, dissociada de qualquer movimento de massas, e incorpora a função de vanguarda política.” (2014, p. 109). Nesse ponto, o foquismo pode se identificado pela possibilidade do guerrilheiro começar a revolução do nada. Como destaca Marcelo Ridenti:

[...] Era o princípio da ‘autonomia tática’, em que ‘cada grupo tinha liberdade de fazer a ação armada que bem entendesse, desde que estivesse dentro do planejamento estratégico da organização’ [...]. Para Marighella, o desenvolvimento da organização viria da ação, isto é, da violência revolucionária [...]. (2010, p. 41).

Portanto, o guerrilheiro urbano marighellista deverá estar investido do ímpeto de querer e, sobretudo, fazer a revolução. Observa Marighella que: “[...] baixo qualquer teoria e qualquer circunstâncias, a obrigação de todo revolucionário é fazer a revolução.” (1969, p. 03). Afinal: “[...] A guerrilha urbana, assim como a guerrilha rural, é uma promessa que o guerrilheiro se faz a si mesmo. [...]” (MARIGHELLA, 1969, p. 06).

Para Marighella: “A revolução é um fenômeno social que depende dos homens, das armas e dos recursos. [...]” (1969, p. 59). Sobre o Brasil, em particular, Carlos Marighella subscreve que:

A crise estrutural crônica característica do Brasil de hoje, e sua resultante instabilidade política, são as razões pelo abrupto surgimento da guerra revolucionária no país. A guerra revolucionária se manifesta na forma de guerra de guerrilha urbana, guerra psicológica, ou guerra guerrilheira rural. A guerra guerrilheira urbana ou a guerra psicológica na cidade depende da guerrilha urbana. (1969, p. 04; grifo do autor).

Acrescente-se, nesse sentido, que para Marighella (1969, p. 07), uma das características essenciais da revolução brasileira é que, desde o início, se desenvolveu em torno de expropriações da riqueza da burguesia, imperialista, e dos interesses latifundiários. Sem a exclusão dos elementos mais ricos e dos elementos comerciais mais poderosos envolvidos com a importação e exportação de negócios.

É importante anotar, com base em Marighella (1969, p. 04) que, o guerrilheiro urbano não deve temer desaparecer ou erradicar o presente sistema econômico, político e social brasileiro. À vista de que, sua meta além de ajudar o guerrilheiro rural, é, obviamente,

colaborar para a criação de um sistema plenamente novo, com uma estrutura revolucionária social e política, com as massas armadas no poder.

Mário Magalhães descreve a repercussão e os efeitos da edição do *Manual do Guerrilheiro Urbano* comentando que:

O guerrilheiro e terrorista Marighella deu a volta ao mundo nas asas do *Minimanual*. Na origem, a ALN mimeografou cem cópias, de acordo com Domingos Fernandes. Já em outubro de 1969, uma delas aquecia os arquivos do CIE. O primeiro exemplar exportado de que se tem notícia viajou para Cuba naquele mês [...]. Na virada para novembro, a Rádio Havana leu trechos. Em março de 1970, as Éditions du Seuil o publicaram em Paris, o governo francês proibiu-o, e 24 editoras se uniram para o relançamento que nocauteou a censura. Os cubanos o divulgaram na íntegra em abril, na revista *Tricontinental*. Na reportagem ‘Um manual para o terrorista urbano’, o semanário americano Time informou em novembro sobre sua reprodução por jornais e movimentos de esquerda locais, como os Panteras Negras. Em 1971, saiu na Inglaterra como *Handbook of urban guerrilla warfare*. ‘Carlos Marighella, o autor brasileiro do *Minimanual do guerrilheiro urbano*, substituiu tanto Guevara como [Régis] Debray como o teórico principal da revolução violenta no hemisfério’, analisou a diretoria de Inteligência da CIA em janeiro de 1971. Na Argentina convulsionada dos anos 1970, o jovem guerrilheiro Jorge Masetti elegeu a cartilha de Marighella como livro de cabeceira. Uma década antes, seu pai, o jornalista Ricardo Masetti, desaparecera no país liderando uma coluna rural organizada em Cuba. No campo, o inspirador fora o Che; nas cidades, era Marighella. Sua obra atravessou fronteiras e arrebatou insurgentes, muitos atuando em democracias, e não no contexto extraordinário, uma ditadura militar, em que Marighella deflagrou a luta armada. Entre eles a Organização para a Libertação da Palestina, as Brigadas Vermelhas, na Itália, o IRA, na Irlanda, o Baader-Meinhof, na Alemanha, e o Exército Simbionês de Libertação, nos Estados Unidos. Caducara o título de janeiro de 1969 da revista chilena *Punto Final*, ‘Marighella, o profeta armado do Brasil’. Com o *Minimanual*, o apóstolo da guerrilha urbana incendiava o planeta. (2012, p. 505-506; grifo do autor).

Por fim, podemos concluir que o *Manual do Guerrilheiro Urbano* representou um verdadeiro manifesto da esquerda armada brasileira. Redigido com base na experiência concreta e teórica de Carlos Marighella, ultimou os postulados como espécie de “guia” que o guerrilheiro urbano deveria se valer para a tomada do poder político.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia tratou das esquerdas brasileiras no período militar, buscando entender a forma como elas reagiram às medidas autoritárias tomadas após o golpe civil-militar instaurado em 1964. Como existe uma diversidade de grupos de esquerda nesse período, enfatizamos apenas aqueles que foram dissidências do PCB, dando destaque, no segundo capítulo, a ALN, que foi liderada por Carlos Marighella.

A análise desses grupos de esquerda nos chamou atenção, na medida em que apresentaram propostas de políticas bastante heterogêneas, mas unívoca na direção de oposição ao Governo Militar. Esses grupos representam a história do movimento revolucionário brasileiro, como parte indelével do processo histórico do Brasil contemporâneo.

O líder da ALN Carlos Marighella foi um dos mais representativos militantes que participou da luta armada contra a ditadura brasileira eclodida em 1964. A própria resistência transformou suas diversas prisões em um ato político que teve repercussão nacional e internacional. Era enfático no incentivo da *ação* – armada – pelo guerrilheiro.

Era enfático também em relação à importância da luta armada, e, a necessidade de agir, de “fazer-acontecer”, exaltava a guerra de guerrilha urbana como forma mediadora indispensável para alcançar o fim último da revolução, a eliminação do Estado. E com isso a substituição para uma ordem socialista.

No que se refere ao *Manual do Guerrilheiro Urbano*, notamos que ele consiste em uma pedagogia política elaborada por Marighella para a ação armada no Brasil. É interessante observar a forma detalhada como descreve as ações do futuro guerrilheiro e o que o mesmo deve fazer, quer pelo encorajamento através da ação aos violentos confrontos contra as forças militares, seja pelos estratagemas para tomada do poder.

Tendo em vista a análise do *Manual do Guerrilheiro Urbano*, nota-se que esse texto consiste em um manifesto da esquerda radical, identificada pela adoção da violência incondicionada, através da luta armada como meio para chegar ao poder. No *Manual*, o foquismo e o “terrorismo” revelam-se como tática indispensável ao guerrilheiro urbano de matriz marighellista.

Ao analisarmos as ações das esquerdas, especialmente, neste contexto, de certa forma compreendemos as razões da preocupação do Estado brasileiro — comandado pelas

elites dominantes do país — em reprimir os chamados “terroristas”, haja vista que esses grupos eram liderados por intelectuais e revolucionários organizados que tinham uma clara proposta de reorganização das relações de poder, com vista ao empoderamento das camadas populares.

Por fim, propostas como essas preocupava não somente o Governo brasileiro, mas, também, os empresários nacionais e estrangeiros. Sem mencionar o fato de que tendo em vista o contexto da Guerra Fria, essas ações revolucionárias, igualmente, preocupavam os países que temiam o avanço da frente socialista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Edusc, 2005. p. 117-219.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BOTTOMORE, Tom et al. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 155-195.
- CASALECCHI, José Ênio. **O Brasil de 1945 ao Golpe Militar**. São Paulo: Contexto, 2002.
- CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 99-129. 3 v.
- COSTA, Marcelo Timotheo da. Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 433-450. 2 v.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.24, n.º47, p. 181-212, 2004.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.
- HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JÚNIOR, Caio Prado. **A Revolução brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966. p. 01-32.
- MAGALHÃES, Mário. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MARIGHELLA, Carlos. **Manual do guerrilheiro urbano. Sabotagem**. 1969.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2012.

MOREIRA, Rafael Andrade. “**É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer**”: um estudo da *Parresía* no discurso de Carlos Marighella. Maringá, 2014. 136f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2014. Disponível em: <<http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/ramoreira.PDF>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

NETO, Murilo Leal Pereira. O movimento trotskista e a República democrática (1946-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 141-171. 2 v.

NETTO, José Paulo. Em busca da contemporaneidade perdida: a esquerda brasileira pós-64. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transição**. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 220-245.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 21-51. 3 v.

ROLLEMBERG, Denise. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 73-97. 3 v.

SALES, Jean Rodrigues. Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 163-182. 3 v.

SEGRILLO, Angelo. **Os russos**. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, Renata. **Linguagem e Ideologia: embates teóricos**. In: Linguagem em (Dis)curso – LemD, v. 9, n. 1, p. 157-180, jan./abr. 2009. Universidade Católica de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Letras (UCPel). Pelotas, 2009. p. 24. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/411/431>. Acesso em: 30 nov. 2016.

SKIDMORE, Thomas. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 137-261.

_____. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Wagner dos Santos. **O Partido e a Guerrilha: O Pensamento Político de Carlos Marighella**. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. Universidade

Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. PPH - Programa de Mestrado em História. Maringá, 2009. p. 11. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/perly/a_pdf/soares_partido_guerrilha_marighella.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. 3. ed. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2008.

GLOSSÁRIO

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PC do B *Ala-Vermelha*: Partido Comunista do Brasil *Ala-Vermelha*

ALN: Ação Libertadora Nacional

POR (T): Partido Operário Revolucionário (Trotskista)

ORM-Polop: Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

COLINA: Comando de Libertação Nacional

VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

VAR-Palmares: Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares

MR-8: Movimento Revolucionário 8 de Outubro

AP: Ação Popular

PRT: Partido Revolucionário dos Trabalhadores